

O Tempo na História

*Jorge Bruxo** *Lurdes Escalera***

Nota Prévia

O tempo é um tema muito mais complexo do que se pode antever a um fugaz primeiro relance. De tal forma que no presente artigo se faz apenas uma aproximação a algumas questões a ele relativas no âmbito do estudo da História, não sendo suscitadas¹ todas as possíveis e a maioria delas apenas pode ser referida de forma sumariada. O tempo é essencial para o historiador e qualquer trabalho histórico, com um mínimo de cientificidade, tem necessariamente de a ele recorrer. Por seu lado o leitor de textos históricos também precisa de tê-lo sempre em vista, porque sem isso a narrativa histórica, ao perder enquadramento temporal, converte-se em simples novela. Não é um conceito unívoco, estático nem indiscutível, mas tratando-se também de um padrão de utilização universal, é importante que, em cada momento histórico, os historiadores, todos os historiadores, afinem pelo mesmo diapasão e utilizem correctamente esta categoria instrumental, que até por isso deve ser uma categoria geral e universal. Não é por acaso que em todas as civilizações humanas até agora conhecidas foi assunto não negligenciado. Encontramos preocupações por esta temática desde as fabulosas histórias genealógicas deste nosso mundo, constantes da sabedoria, proto-ciência e ciência, veiculadas pela oralidade ou pela escrita, como é o caso de

* Mestre em Estudos Portugueses (História).

** Professora Doutora em Didática das Línguas.

¹ Como determinismo e livre arbítrio, tábuas cronológicas, tempo e fluxos informativos, instrumentos de medição, tempo das elites e tempo das massas populares, sincretismo temporal da etnologia, tempo dos Povos sem História, entre muitos outros.

vedas, sumérios, persas, incas, egípcios, bantus, hebreus, gregos, chineses ou outros povos de civilizações ainda vivas ou outras apenas existentes nas brumas da memória, ou em tratados e outras obras de teólogos, filósofos, cientistas, ou até em narrativas simplesmente literárias ou artísticas. Sem tempo não haveria História, nem o conhecimento poderia alcançar os resultados já atingidos ou almejados. Todos, de forma intuitiva, sabemos o que é o tempo, mas a sua definição é difícil, sendo certo que as palavras de Santo Agostinho, citadas por Amado Mendes, continuam actuais: *Se não me perguntarem o que é o tempo eu sei o que ele é; mas, se mo perguntarem, eu não sei o que ele é.*²

Depois do tempo do positivismo histórico e do tempo braudeliano, parece caminharmos para o tempo da globalização e da unidade das ciências sociais e humanas, sem prejuízo da especialização decorrente das especificidades de cada ciência e, dentro desta, de cada área do saber. Assim a história económica pode enfatizar certas perspectivas que não são tão relevantes para a história cultural ou religiosa, mas daí há que reter o essencial sobre o conceito de tempo, a medição deste e outras questões ou características relevantes.

Longe vão os tempos em que a verdade da narrativa histórica dependia da presença do historiador no acontecimento, como participante ou testemunha, ou, quando muito, desde que contasse com prova testemunhal directa, o que significava que o historiador só tinha legitimidade para narrar acontecimentos ocorridos no período de uma ou duas gerações anteriores à sua.

Pelo contrário hoje entende-se, e bem, que o historiador pode e deve remontar até às raízes do inconsciente da memória da Humanidade, com a limitação constatada por Braudel de que *tempo longo* não é eternidade.³ E não é o tempo mítico, mas quando muito um tempo pré ou proto-histórico. O tempo

² Amado Mendes, José M., *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra Editora, 3.ª edição, 1993, p. 152. Esta obra bem como a colectânea *A Nova História*, adiante citada na nota n.º³, podem ser consideradas como referências gerais consultadas para a elaboração do presente artigo.

³ *A Nova História*, dirigida por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Coimbra: Editora Almedina, 1990 (Edição original, Paris, 1978), de ora em diante citada apenas como *ANH*, p. 227.

anterior à escrita tem que ser controlado por outras referências, como as idades geológicas ou astrais, para ter valor histórico.⁴

Introdução

Ao cruzarmo-nos com um ser antropomórfico, idoso e alado, agitando numa das mãos uma foice e na outra exibindo uma ampulheta, então encontramos com o *Tempo*, figura conhecida há milénios e baptizada de Cronos, um deus dentre os deuses do mitológico Olimpo Grego. Simbolizam as asas a inexorável corrida do tempo, o *tempus fugit* dos romanos; a ampulheta mostra o escoamento do tempo em similitude com a areia se esvaindo em contínuo; e a velhice revela sinais de que o nascimento do tempo é simultâneo com o começo da existência.⁵ As ideias de princípio, meio e fim dos factos históricos, e de estagnação, evolução e progresso das sociedades, só são possíveis pelo decurso do tempo. É evidente que estes momentos e movimentos não decorrem tão somente do tempo isolado. Por exemplo, para existir progresso, tem de haver discórdia e curiosidade, avanços e recuos científicos e tecnológicos, rupturas e, por vezes, até regressões sociais.

Só com as coordenadas do tempo, espaço e movimento é possível ao historiador situar e tornar inteligíveis os acontecimentos e factos históricos que são matéria-prima da sua *oficina*. Estas coordenadas são indissociáveis e só por razões de análise científica ou por simplificação didáctica se devem dissecar,

⁴ Sobre a passagem do tempo mítico ao tempo histórico pode ver-se a obra *Immémoriaux* de Victor Segalen, da qual se registam alguns excertos in Carbonell, Charles-Olivier, *Historiografia*, Lisboa: Teorema, 1987, pp. 8 e seg.

⁵ Para os gregos o começo da existência física não coincide com o começo da alma humana que pré-existe e sobre-existe à matéria, ao contrário do pensamento cristão em que a existência só se verifica após a Criação Divina, que ocorre com o nascimento de cada pessoa humana. Neste sentido, Santo Agostinho, citado por Hawking, Stephen, in *Brief History of Time*, London: Transworld Publishers Ltd., 1988. Por seu lado Heidegger, Martin afirma também expressamente que “a essência da presença está na sua existência”.

tanto sob o aspecto estrutural, como sobretudo na sua dinâmica interdependente e unidade ôntica.

O estudo dos acontecimentos históricos, nomeadamente através da sua relação, comparação, interconexão, sequência temporal e inserção no ambiente espacial, bem como a dissecação e análise dos seus elementos constitutivos, tem necessariamente que recorrer ao tempo como elemento fundamental da percepção e da respectiva inteligibilidade dos factos objecto de reconstituição e análise históricas.

Pela comparação, no mesmo tempo ou em tempos diferentes, podemos aferir uma sociedade por outra e podemos concluir, em termos relativos, que uma se encontra em estágio avançado e a outra atrasada. Podemos ver a mesma sociedade evoluir da pré-história ao presente, de sociedades medievais para sociedades modernas ou actuais, ou podemos contemplar a sua quase estagnação e por vezes declínio, regressão e até extinção. Só pela análise do facto histórico,⁶ explicamos e compreendemos os porquês dos eventos históricos e a razão do seu rumo ser o que foi e não outro hipotético possível.

Constatamos que a ideia de tempo não é unívoca, mesmo situando-nos apenas no tempo cronológico, sendo certo que outros conceitos são igualmente importantes para o historiador, sobretudo se não quisermos descurar as raízes dos factos e apenas ater-nos à superficialidade dos eventos escrutinados. Por exemplo, a ideia de tempo atmosférico, que em algumas línguas, como a inglesa, é designada por vocábulo diverso, ou de tempo psicológico que depende do estado de alma, da saúde, da idade dos protagonistas dos eventos, do momento, do espaço geográfico envolvente em que se reflecte, por exemplo, a orografia e a hidrografia e até do ambiente social, em que é muito diferente estar-se em tempo de normalidade social sanitária ou em tempo de pandemia, em tempo de convulsões ou de paz social.

⁶ Conjunto de acontecimentos, em conexão num determinado período de tempo.

De facto o tempo é importantíssimo para os historiadores. Mas é-o igualmente para juristas, físicos, biólogos, médicos, militares, gestores, operários, enfim, para a vida científica, para a gestão e administração e para o quotidiano da vida social e económica. Não há ninguém que consciente ou inconscientemente, voluntariamente ou não, não se sinta perseguido, limitado, justificado ou condicionado pelo tempo.

Sublinha-se que para o direito o tempo é importantíssimo. Pode ser, por exemplo, elemento constitutivo ou extintivo de direitos subjectivos. Basta pensar em figuras jurídicas como usucapião, prescrição ou caducidade. É também, indiscutivelmente, influente na formulação das normas do direito objectivo e da substanciação dos princípios jurídicos vigentes e dos valores fundamentais dependentes do estado evolutivo de cada momento histórico.

Para a economia o tempo também é um elemento essencial. O comportamento de certa economia, na produção, na distribuição ou no consumo, depende inexoravelmente do factor tempo, sobretudo relevante na análise macro-económica e no comportamento das suas variáveis. Os avanços que nesta matéria se fizeram no domínio da história económica, com reflexos na ciência da história, foram um contributo notável, nomeadamente para a história serial e o estudo dos ciclos e ainda para as questões da estagnação, descolagem e crescimento de determinadas situações históricas e para a compreensão dos fenómenos do desenvolvimento económico e social, naquilo que interessa à perspectiva histórica.

E para outras ciências sociais e humanas, nomeadamente para a ciência da administração, também se colocaram problemas especiais de medição do tempo, de que se destaca o tempo padrão e o tempo movimento. E formularam-se regras de gestão do tempo assaz importantes. É o tempo que demarca o passado, o presente e o futuro, permitindo a ordenação daquilo que, de outra forma, seria o caos.⁷

⁷ Há autores para quem só o presente existe: o passado já se esvaiu, e o que dele fica é presente; e o futuro ainda não aconteceu. A existência (o ser) e a consciência desta são determinantes em relação ao tempo,

Como podemos ver colocam-se várias questões, por exemplo determinar qual é a sua categoria, um ente, um valor ou uma relação; ou a questão de saber se o tempo é elemento integrante do facto histórico, uma circunstância exterior a ele, ou apenas um instrumento de trabalho do historiador.

A primeira visão do tempo foi necessariamente empírica, grosseira, simplista, em alguns momentos apenas vagamente cósmica. Assim a ideia de tempo nasceu de se comparar o tempo de partida com o tempo de chegada, a sucessão dos dias, meses e anos, a repetição dos ciclos da natureza, as estações do ano, as fases da vida animal e vegetal. Anote-se que um ano não é mais que uma viagem completa da terra à volta do sol, o mês começa por ser o tempo de uma viagem do nosso satélite lua ao redor da nossa casa planetária e o dia uma rotação completa do nosso planeta girando sobre si mesmo.

O tempo sempre limitado do mundo material e o tempo perene da caverna de Platão ou o tempo eterno na perspectiva escatológica são categorias diferentes, mas acentue-se que neste artigo nos valem apenas da primeira categorização. E, além das referidas outras poderíamos tentar elencar e compreender como a novíssima ideia de tempo quântico. Seria um nunca mais acabar ...

São múltiplas e complexas as questões que o estudo do tempo pode suscitar, quer nos situemos nos campos filosófico, científico ou apenas na vulgar gestão quotidiana de um qualquer cidadão. O tempo pode ser aprisionado?⁸ É susceptível de mensuração qualquer que seja o *tipo* ou categoria de tempo? Então como medir o tempo psicológico, o tempo sociológico ou o tempo histórico? O que marca o princípio e o fim de um ciclo? O tempo individual e o tempo social são idênticos? O tempo é sempre relacional? E o tempo sacralizado?

ou seja há um nexa necessário entre o tempo e o sujeito cognoscente. Sem este ente não há consciência do tempo, pelo que este tem, em parte, uma carga subjectiva.

⁸ Na verdade, o que pode ser aprisionado são os vestígios dos acontecimentos. Mas A. Borges Coelho, in *O tempo e os homens. Questionar a História III*, Lisboa: Caminho, 1966, p. 13, escreveu: “não é o tempo que prendemos, mas tão só os acontecimentos.” É nossa ideia que nem o tempo nem os acontecimentos podem ser aprisionados: apenas a sua memória, isto é, os sinais dos acontecimentos.

O tempo é rígido ou elástico? É absoluto ou relativo? É uniforme ou multiforme? É imanente ao homem? Ou pelo contrário transcende o homem? Tem algum interesse em falar-se em tempo contínuo ou em tempo descontínuo? O tempo é passível de ser parado ou interrompido? E saltos no tempo, o que vem a ser isso?!

Note-se que as múltiplas facetas do tempo, se desdobram quase até ao infinito. Não há tempo sagrado, que enquadra as descrições budistas, bíblicas ou corânicas e um tempo sagrado litúrgico? E ao lado deste não há um tempo profano, um tempo útil, um tempo lúdico, um tempo jurídico, um tempo gnosiológico, etc... A questão é saber se estes tempos têm ou não interesse para o historiador, sendo positiva a nossa resposta, tudo dependendo dos acontecimentos ou factos a investigar. Por exemplo, se tratarmos da história do budismo, do cristianismo ou do islamismo, sem dúvida que o tempo sagrado é uma das componentes desse estudo.

O tempo também pode ser uma criação artística. É o caso do poeta Fernando Pessoa, quando sob a influência de Whitman, cria Álvaro de Campos e lhe inventa um tempo próprio para a sua evolução poética, em quase nada coincidente com o tempo real, datando ficticiamente o *Opiário*, bem como outros poemas que marcam a evolução estética e psicológica deste seu heterónimo, que na última fase da sua vida é ortónimo de Pessoa. Outro caso de criação artística são também os tempos musicais de uma partitura.

Noções de Tempo

O que é, afinal, o tempo? Toda a gente sabe o que é, mas explicá-lo é difícil, o que tem sido reconhecido pela generalidade dos autores que têm versado esta matéria, como Santo Agostinho. Aristóteles também trata o conceito de tempo na sua *Física*, o que vai inspirar Hegel, nomeadamente na *Lógica de Jena*.

O conceito de tempo para Aristóteles é constituído a partir do *agora*, por ele denominado *esse-aqui-absoluto*. É em desenvolvimento da conceptualização aristotélica que, mais tarde, Henri Bergson (1859-1941) nas suas obras *Matéria e Memória* e *Evolução Criadora* vem afirmar que o tempo é o espaço.⁹

Max Weber *estabeleceu a consciência do tempo como tópico relevante da história das mentalidades*¹⁰ intimamente ligada com a história das culturas.

Na verdade, os sistemas de pensamento, as áreas de estudo, as necessidades de investigação e os objectivos didácticos condicionam e dão origem a uma multiplicidade de noções de tempo.

Na perspectiva dos historiadores o tempo foi diferentemente considerado em vários tempos e lugares, designadamente na civilização chinesa, na Grécia antiga e na Europa Medieval ou Moderna.

Desde Sima Qian, o mais antigo historiador da História da China com obra conhecida, na dinastia Han (208AC-220AD),¹¹ que há do tempo a concepção de sequência natural crescendo até ao topo, e quando aí chegado inicia o inexorável declínio ou queda. É uma visão da história como contínua cordilheira de períodos dinásticos, que terminam quando se quebra a legitimidade do mandato do Céu¹² e que, ainda hoje, em certa medida enforma a metodologia histórica chinesa, pelo menos até quase aos finais da Dinastia Qing, quando os ventos de ocidentalização fustigaram severamente a civilização chinesa. Estes períodos dinásticos parecem não terem hiatos,¹³ mau grado os interregnos inter-dinásticos.

⁹ Heidegger, Martin, *Ser e Tempo*, Petrópolis, Brasil: Editorial Vozes, 2002, Parte II, 2.º Volume, p. 246.

¹⁰ Dohrn-van Rossun, Gerhard, *História da Hora*, Lisboa, Temas e Debates - Actividades Editoriais Lda., 2001, p. 19.

¹¹ Dun J. Li, *The Ageless Chinese: A History*, Third Edition, Charles Scribner's Sons, New York, p. 126.

¹² Segundo o ensinamento oral do Prof. D. W. Kwok, (que ensinou em várias universidades, nomeadamente em Singapura e em Macau) nos ciclos Dinásticos da China distinguem-se sete momentos de particular importância: 1. Obtenção do mandato; 2. Desenvolvimento e consolidação do mandato; 3. Expansão Cultural; 4. Zenith Cultural; 5. Primeiros Sinais de Declínio; 6. Intensificação do Declínio; 7. Fim do mandato (Queda da Dinastia) e conseqüente início de novo ciclo.

¹³ De acordo com Carbonell, Charles-Olivier, ob. cit. na nota de pé de página n.º 4, pp. 35-36, na China o historiador nunca deixou de ser funcionário do tempo. E isto porque ele é simultaneamente cronologista,

A ideia clássica dos Gregos, remontando a Heródoto, o Pai da História, revela uma visão circular do tempo histórico. A História é um conjunto de círculos, cada um deles contendo um acontecimento. É uma visão atomística da História.¹⁴

Na Europa, desde a Idade Média até ao século XIX, e sobretudo nesse século, há uma visão linear do tempo, que é irreversível, irrepetível, contínuo e cumulativo. O tempo assemelha-se às águas de um rio em corrida permanente, e por isso poderíamos afirmar que não é possível tomar banho duas vezes nas águas de um mesmo rio, na curiosa expressão do filósofo pré-socrático Heráclito (540AC-470AC). É uma visão da História como incessante e irrepetível caudal de acontecimentos. É culturalmente, para a Europa, também uma herança judaico-cristã.

A história é *chronos* e *logos*, é investigação e narrativa, é a memória do acontecido situado no tempo e no espaço (não só geográfico, mas social, cultural e económico), intervindo no acontecimento o movimento ou energia que sobressalta e impressiona com o decurso do tempo. O acontecimento histórico é intratemporal, isto é a sua existência só é constatável no âmbito do curso do tempo.

Regressando às noções de tempo, podemos, entre outras, sumarizar as seguintes três:

De acordo com uma primeira noção de tempo - ontológico ou tempo-essência – o tempo é um valor absoluto, é um ente autónomo, com existência e duração independente dos objectos. É uma concepção positivista radicada no pensamento de Newton, dominante entre os séculos XVII e XIX, inclusive. O tempo é linear e irreversível. Esta concepção começou a ser contestada por Kant.

cronista, áugure, astrólogo, fazedor de calendário, administrador e conselheiro. E o mesmo autor, p. 39 da ob. cit., escreve que a representação do tempo para os chineses não era a mesma dos povos mediterrânicos. Tinham do tempo uma visão concreta e analítica, utilizando uma cronologia compartimentada em unidades que iam da dinastia e se decompunham em reinados, *nien hao* (4 anos e meio), ano, estação, etc., e a isto acrescentamos nós o mês lunar e o dia.

¹⁴ Richet, Pascal, *A Idade do Mundo*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 21-22.

A este propósito Heidegger pergunta: *Será que o tempo possui um ser? Em caso negativo seria então um fantasma ou seria ainda mais ente do que todo o ente possível?*¹⁵ Mas este conceito de tempo ontológico está inexoravelmente ultrapassado.

Um outro conceito trata do tempo relacional ou tempo relativo. Nos inícios do século XX a teoria da relatividade de Einstein vem revelar que a noção anteriormente referida está ultrapassada e é feita a demonstração do seu absurdo. E chegou-se à conclusão que tempo e espaço, velocidade e matéria, não são realidades independentes, mas antes se encontram relacionadas entre si. Alguns autores aludem mesmo a um contínuo espaço-tempo.¹⁶ Tanto esta noção como a anterior definem o tempo cósmico, matemático e astrológico, dos físicos e dos filósofos. De acordo com a obra citada de Hawking¹⁷ as leis científicas não distinguem as direcções do tempo para trás e para a frente. Mas há três setas que distinguem passado e futuro: seta termo-dinâmica (direcção da desordem); seta psicológica (lembança do passado e não do futuro); e seta cosmológica (expansão do universo, de preferência à sua contracção).

Existe ainda a noção de tempo histórico ou técnico. A sua natureza e caracterização, sem dúvida o que mais interessa ao historiador, é difícil e envolve algum subjectivismo. Para se utilizar a linguagem de Marcel Mauss o tempo enquanto objecto de estudo pelos historiadores é um *fenómeno social global*.¹⁸ A sua natureza é simultaneamente social, cultural e psicológica. Conforme o enfoque, assim, será diferente. Por exemplo, Fernando Braudel divide o tempo em longo, médio e individual e Ciro F. S. Cardoso distingue-o em sequência, raio de operações e velocidade e efeitos das transformações.¹⁹ Para Krzystof Pomian²⁰ o que se está a alterar é a própria maneira de conceber o tempo da história,

¹⁵ Heidegger, ob. cit. na nota de pé de página n.º 9, p. 331.

¹⁶ Amado Mendes, José M., obra citada na nota de pé de página n.º 2, p. 153.

¹⁷ Ver ANH, obra citada na nota de pé de página n.º 3, p. 169.

¹⁸ Pomian, Krzystof, *A História das Estruturas*, in ANH, p. 203. Deste mesmo autor podemos ainda referir, como atinente a este tema, a obra *L'Ordre du temps*, Gallimard, Paris, 1984

¹⁹ Amado Mendes, José M., ob. cit. na nota de pé de página n.º 2, p. 154.

²⁰ ANH, obra citada na nota de pé de página n.º 3, p. 208.

avançando este autor com uma nova tripartição: estruturas, conjunturas e revoluções.²¹

Parece-nos relevante anotar ainda que o historiador Ernest Labrousse (1895-1988), da segunda geração dos Annales, distingue três tipos de movimentos: longa duração, oscilações cíclicas e variações de cada estação.

O conceito de *periodização* é essencial para se compreender o tempo. Entende-se que um período é uma fatia ou pedaço de tempo, balizado por um marco de partida e um marco de chegada, durante o qual ocorrem acontecimentos históricos ligados por um denominador comum essencial.

A divisão do tempo em períodos é feita por razões científicas ou didáticas, de forma a facilitar as tarefas de investigação e do ensino da História.

Eras, idades, épocas, dinastias, décadas, séculos e milénios são alguns casos de fatias do tempo utilizadas na periodificação histórica, como Era Cristã, Idade Média, Época dos Descobrimentos, Dinastia de Aviz, Dinastia Tang, Século das Luzes, Primeiro Milénio do Império Chinês, Feudalismo e Império Romano do Ocidente, Década Final da Administração Portuguesa de Macau, entre outros.

A periodização do processo histórico é feita mediante cortes no tempo e a primeira questão consiste em saber qual o critério que deve ser utilizado. Há quem sustente que não existem critérios objectivos e rigorosos, sendo superficial a fixação de períodos, e estes feridos de subjectividade e mesmo de alguma arbitrariedade, pelo que os períodos são artificiais. Pelo contrário há autores que defendem, e bem a nosso ver, que a periodização deve ser criteriosa, precisa, objectiva e necessária. Cada período deve corresponder a uma unidade cultural, defendem alguns autores. Parece-nos, no entanto, que podem corresponder também a unidades políticas ou unidades económicas, tudo dependendo dos factores que se sobrevalorizam e dos marcos inicial e final que se seleccionam.

²¹ Adiante iremos desenvolver algumas destas noções relacionadas com o tempo histórico, uma coordenada que podemos entender como duração do facto histórico (conjunto de acontecimentos conexos e interdependentes, integrantes de uma unidade historicamente identitária).

Segundo alguns entendimentos não pode haver periodizações genéricas, válidas para todo o tipo de acontecimentos, qualquer que seja a sua natureza, por exemplo política, económica, militar, ou qualquer que seja o espaço e condicionalismos geográficos onde se verificaram, seja na Ásia ou África ou em quaisquer outros continentes, na costa marítima, ou em interiores, na savana, ou na floresta.

Quanto aos marcos inicial e final de cada unidade temporal, parece-nos que esse indicador não pode ser tão rígido que não possa integrar as raízes e os frutos posteriores, isto é, os antecedentes e os consequentes do facto histórico. Por exemplo, as biografias em regra decorrem no período que começa com a data do nascimento do biografado e termina com a data da sua morte. Mas nada impede que se alarguem para antes e depois, quando daí se possam carrear ou extrair elementos importantes que ajudem a explicar ou complementem a história da sua vida e obra. A publicação póstuma de certas obras e a forma como são editadas são factos importantes que devem ser incluídos nas biografias.²²

Após os estudos e propostas braudelianas podemos falar em períodos curtos, médios e longos. Para já, de forma simplista, digamos que do período curto resulta a História do Facto ou do Acontecimento, do período médio a História Conjuntural e do período longo emerge a História Estrutural. Anote-se que, em verdade, só desta se podem inferir leis históricas e só com elas podemos erigir a história em ciência. Mas a História contemporânea vivida ou testemunhada pelo historiador já pode e deve ser considerada integrando no âmbito do trabalho do historiador e não apenas do jornalista; embora versando os mesmos acontecimentos fazem-no muito diferentemente e com diferentes exigências.

Uma vez mais, o papel motor cabe a uma História bastante próxima, senão à História contemporânea, pelo menos à História moderna, aquela pela qual a abundância da documentação comanda uma escolha. Ela cresce com os multiplicadores da Escrita, a Estatística dos Estados, o número dos homens e a

²² É o caso da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e da *IV Década da Asia* de João de Barros que foram publicadas muitos anos após a morte dos respectivos autores.

*massa global da informação que circula entre o número cada vez mais elevado de homens alfabetizados.*²³

Significa isto também que quanto mais perto do historiador estão os factos estudados, mais curtos e melhor delimitados poderão ser os períodos.

Os estudos da História Económica arrastaram para a Ciência da História importantes contributos, em assuntos de ciclos, movimentos e tendências. Por ordem crescente da sua durabilidade podem referir-se: movimentos sazonais, como as produções cerealífera, frutícola, ou animal; hipociclo, ciclo de Kitchin, ou ciclo pequeno, com a duração de cerca de 40 meses; ciclo clássico, ciclo de Juglar, ou ciclo curto, com uma periodização de 6 a 10 anos; hiperciclos ou ciclos longos, com duração de 20 a 22 anos; movimentos de longa duração, ou ciclos de Kondratieff²⁴ compreendendo períodos de 25 a 45 anos, nos quais François Simiand distinguiu uma fase de prosperidade, seguida de uma fase de depressão; *trends* ou tendências seculares que perduram durante cerca de um século, como a cristianização do Japão; tendências milenares que se prolongam durante cerca de um milénio, como o fundamentalismo no cristianismo e no islamismo.

Note-se que o aspecto cíclico da evolução económica foi observado desde os primórdios. A própria Bíblia fala da História do Egipto, onde se puderam observar sete anos de vacas gordas, seguidos de outros sete anos de vacas magras, e assim, sucessivamente.²⁵ Os ciclos, em sentido impróprio, também podem reportar-se a produtos, como o Ciclo do Açúcar na História da Madeira ou na História do Brasil ou, mais modernamente, o Ciclo do Petróleo na História de Angola (este último ainda em curso).

²³ Chaunu, Pierre, *A História como Ciência Social*, Biblioteca de Cultura Histórica, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 68.

²⁴ Esta ideia é expressa na obra de Kondratieff, *Business Economics*, publicada em 1925.

²⁵ Génesis, 41, onde se descrevem os sonhos do Faraó que viu junto ao Rio Nilo sete vacas bonitas e gordas seguidas de outras sete vacas feias e magras que devoraram as primeiras. No segundo sonho o Faraó viu brotando de uma só haste sete espigas gradas e bonitas e atrás delas viu nascer sete espigas feias e ressequidas que devoraram as espigas grandes e cheias. (Ver *Bíblia Sagrada*, Sociedade Bíblica Católica Internacional, 3.ª edição, Lisboa, 1997, p. 55.)

Outras noções de ciclos são, por exemplo, o ciclo da vida e da morte e o ciclo de uma cultura determinada por certos factores, que pode desaparecer e porventura mais tarde revivizar-se com a emergência dos mesmos factores.

ideia de ciclo, em sentido próprio, contém em si mesma uma ideia de possível repetição, de permanente retorno do acontecimento,²⁶ desde que verificados os mesmos pressupostos e demais condições similares, o que também conduz à ideia de previsibilidade e da possível introdução de factores correctivos ou abortivos de situações indesejáveis. É uma ideia que, segundo alguns, permite conferir à História o carácter *profético* das ciências e com isso integrá-la de pleno direito no âmbito das ciências sociais.

A *mensuração do tempo* compreende importantes questões relativas à medição, controlo e disciplina do uso do tempo, temas relevantes da investigação das ciências sociais em geral e da história em particular.²⁷

No século em que os Helenos adquirem o uso da escrita, nascem os jogos Olímpicos e, com eles, a medição exacta e regular da duração.²⁸ Para Marc Bloch os progressos na medição do tempo têm profunda e revolucionária influência na evolução das sociedades, tanto no que concerne aos aspectos intelectuais e culturais, como aos seus reflexos na vida quotidiana do cidadão comum.

As práticas e instrumentos de mensuração do tempo variaram no tempo e no espaço: por exemplo a hora e o ano não tiveram igual durabilidade e a forma e aparelhos de medição variaram bastante, desde o relógio solar e o ano lunar até aos sistemas hodiernos. Em muitos países os anos referiam-se a dinastias ou reinados, e a sua estrutura era diferente, havendo horas e anos mais longos e mais curtos.²⁹ A medição do tempo além de objectivamente se reportar a movimentos

²⁶ Para P. Lacombe e F. Simiand só o acontecimento que se repete é que pode ser seriado e comparado, e que pode ser objecto de uma análise científica. (*ANH*, p. 19) A história serial possibilita a integração de lacunas e valoração dos factores da série.

²⁷ Dohorn-van Rossum, Gerhard, *História da Hora*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 12.

²⁸ Carbonell, Charles-Olivier, *Historiografia*, Lisboa: Editorial Teorema (Edição original Paris, 1981), p. 10.

²⁹ Richet, Pascal, ob. cit. na nota de pé de página n.º 17, pp. 23 e seg.

celestes, objectivamente determináveis e universais, também sempre teve a influência de factores convencionais e consequentemente relativos, subjectivos e locais, ou regionais, de natureza convencional.

A uniformização da nível mundial começa a ser levada a cabo na Idade Média, mas o tempo universal só se generaliza nos finais do Século XIX³⁰ após as trocas de informação propiciadas pela expansão ultramarina europeia e a assinatura e ratificação de tratados internacionais que regulamentam esta matéria.

Também são de referir as tentativas de criação de unidades de medida específicas para mensuração do tempo histórico, como o *topoi*.

Os trabalhos de comparação de diferentes cronologias têm nesta matéria importância muito grande, como o que foi feito entre a cronologia chinesa e a cronologia bíblica.

O desenvolvimento dos relógios, dos calendários e das técnicas de periodificação aperfeiçoaram a ligação do *chronos* ao *logos* e consequentemente beneficiaram a investigação histórica.

Outros conceitos importantes são os de *cronologia e sequência*. Para o Professor António da Silva Rego entre as Ciências Auxiliares da História conta-se a cronologia que é *a ciência do tempo, dos números e das datas. Desde os ciclos hebreus até às Olimpíadas, desde o Ciclo Solar até à era cristã, desde a Hégira à reforma gregoriana do calendário*³¹ proposta pelo astrónomo Clavius, o tempo é essencial para o historiador.

O positivismo histórico atribuiu à cronologia uma importância exagerada, contra o que adverte a Nova História, nomeadamente Marrou e outros historiadores, que preferem privilegiar a problematização em vez da adopção de critérios puramente temporais.

³⁰ Dohorn-van Rossum, Gerhard, *História da Hora*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 311.

³¹ Silva Rego, Prof. Dr. A. da, *Lições de Metodologia e Crítica Históricas*, Porto: Editora Portucalense, 2.ª Edição, 1969, p. 77.

A tradicional história oficial chinesa adoptou, no essencial um estilo cronológico. Os historiadores da *Corte* escreviam o que sucedia dia a dia à volta do Imperador. E, adicionalmente, as gazetas locais também seguiram a cronologia oficial.

A sequência do tempo suscita questões como saber quando se deve começar e concluir certo trabalho (ou numa perspectiva de passado histórico, quando se deve considerar o início e o fim de certo evento), qual a ordem temporal, a velocidade e ritmo da evolução e sucessão dos acontecimentos, e a simultaneidade de certos factos. É evidente que estas questões poderão ter enfoques e respostas diferentes, consoante se trate da história positivista ou da nova história, a primeira factual, descritiva, aparentemente objectiva e absoluta e a segunda explicativa, relativa, relacional e sempre incompleta.

Pode também originar uma questão de sequência a substituição ou reforma de calendários, quando ocorrem sobreposições ou hiatos temporais.³²

Relativamente aos conceitos de *diacronia*, *sincronia*³³ estamos perante métodos de investigação histórica em que o factor tempo é diferentemente tido em consideração. Quando se considera o tempo horizontal de longa ou média duração, então utiliza-se a investigação diacrónica. Por seu lado a sincronia usa tempo vertical, quase instantâneo, tendo apenas as perspectivas do tempo curto ou curtíssimo. Mas como muito bem acentua Braudel, Fernand³⁴ é praticamente impossível utilizar isoladamente cada um destes métodos. O que sucede na prática é privilegiar-se a diacronia ou a sincronia, mas já se sustentou que a História tem sobretudo a ver com a diacronia, enquanto a sincronia é mais utilizada pelas outras ciências sociais e humanas.

³² Por exemplo, por causa da introdução da reforma do calendário gregoriano nas Histórias de Portugal e de Espanha não existem os dias 5 a 14 de Outubro de 1582. (Ver Silva Rego, ob. cit., p. 87.)

³³ Refira-se também o anacronismo, que consiste na aplicação de conceitos ou termos referenciados a períodos em que ainda não eram utilizados ou em que já deixaram de ter utilização.

³⁴ Braudel, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa, p. 38.

Seria absurdo falar de Cavalaria Medieval no Império Romano ou de Feudalismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. *Escrever a história é, inevitavelmente e sem remissão, um exercício diacrónico e anacrónico gizado entre dois tempos: o tempo do acontecer e o tempo do contar; hermenêutica e método, eis o quadrante onde tudo se decide.*³⁵

Quando se fala de tempo usam-se frequentemente os termos *duração longa, média e curta*. De facto, na sequência da Escola dos Anais³⁶ sobretudo do trabalho aí desenvolvido por Marc Bloch e Ernest Labrousse, o conceito de longa duração revive e aperfeiçoa-se na segunda metade do século XX, sendo a sua paternidade atribuída a Fernand Braudel que sobre esta matéria escreveu um ensaio em 1958 e aplicou essas teorias na sua obra “*O Mediterrâneo no tempo de Filipe II*”.³⁷ Mas outros autores são igualmente uma referência, v.g. Pierre Chaunu, com a sua obra “*Sevilha e o Atlântico entre 1504 e 1650*”, considerando Pomian que Lucien Febre é, de certo modo, um precursor, ao apresentar em 1911 a sua tese sobre Filipe II e o Franco Condado.³⁸

A longa duração, o tempo da história historicizante ou tempo geográfico, é por excelência o tempo do historiador, da semi-imobilidade da história inconsciente e da história das mentalidades.³⁹ A geo-história ganhou nova vitalidade com esta conceptualização do tempo. Só o longo tempo possibilita o aparecimento da história serial e da História estrutural. A Razão atinge o seu auge na História com a longa duração.

³⁵ Almeida, António Marques de, “A escrita da História: questões de teoria e de problematização”, in *CLIO*, Nova Série-5-2000, Revista do Centro de Estudos da Universidade de Lisboa, p. 13.

³⁶ Com os Anais passa-se do sensível ao inteligível. A ação humana, centro da História, é fruto de uma racionalidade que o historiador deve procurar entender e explicitar.

³⁷ Vovelle, Michelle, in *ANH*, p. 365.

³⁸ Pomian, Krzystof, ob. cit. in *ANH*, p. 191.

³⁹ É importante, até pelo seu valor simbólico, relembrar o trabalho de E. Le Roy Ladurie *A História Imóvel*, citado por Vovelle, Michel, *A história e a longa duração*, in *ANH*, p. 382.

Braudel, que ligou esta duração ao espaço geográfico, sem dúvida que influenciou Wallerstein na criação do seu modelo *economia-mundo*⁴⁰ que suplantou a ideia de mundos regionais, como era a economia mediterrânea, sendo considerado um sucedâneo deste modelo o paradigma da dependência.⁴¹

E outros modelos, como o estabelecido por Max Weber ou o criado por Karl Marx, só são concebíveis num ambiente de longo prazo.⁴²

Já se entendeu, como já atrás se referiu, que só com a longa duração a História se pode reclamar de pertencer ao domínio das Ciências Sociais. A ideia de longa duração, no entanto, é velha, mas Diodoro da Sicília (século I A.C.)⁴³ já a utilizou.

Na longa duração pode sublinhar-se a existência de uma longuíssima duração, como são as tendências milenares (constatáveis v.g. na Civilização Chinesa, na História do Povo de Israel ou em determinadas instituições sociais como a família ou jurídicas como o direito de propriedade).

A média duração tem a ver com a noção de conjuntura, bem como com os referidos ciclos de Kitchin e de Juglar. Tem interesse histórico geral, mas assume particular importância nas histórias quantitativa e económica e tem relevante interesse para outras ciências sociais como antropologia, sociologia e ciências da educação, permitindo explicar as flutuações conjunturais e prever probabilidades de alguns eventos futuros.

O tempo social, conforme a terminologia proposta por Fernand Braudel, é, de acordo com alguns autores, o tempo ideal para o trabalho do historiador.

⁴⁰ Wallerstein, Immanuel, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1980. O modelo da Economia-Mundo é baseado nas mais valias.

⁴¹ Venâncio, José Carlos, “O Colonialismo e o seu Significado”, in *O Facto Africano, Elementos para uma Sociologia*, Lisboa: Editora Veja, p. 51.

⁴² O primeiro, de Max Weber, baseado nas linhas de autoridade e o outro de Marx baseado nas forças de produção material.

⁴³ Diodoro da Sicília, Historiador do século I AC escreveu *Biblioteca da História*, uma obra em 40 volumes, onde já evidencia sinais de uma análise histórica na perspectiva da longa duração.

A curta duração tem a ver sobretudo com o tempo dos historiadores positivistas. É o que mais releva para o jornalista e para o sociólogo.

E o imediatismo e o empirismo. Terão também interesse para o historiador? A nossa resposta é sem dúvida positiva. Assim como no espaço há historiadores gerais, regionais e locais, também relativamente ao tempo há historiadores especialistas em certos períodos ou apenas em certos acontecimentos. Neste caso deve ser estudado cada acontecimento individualmente considerado, mas não deve ser desprezada a conjugação deles nos tempos conjuntural e estrutural. Mas outros autores dizem que isso é trabalho do historiador-repórter,⁴⁴ razão pela qual a este tempo chamam de tempo individual. É o tempo em que se cruzam sincronia e diacronia.

O acontecimento do curto e do curtíssimo prazo marcou a narrativa histórica na época do positivismo. Para a Nova História continua a ter interesse, mas *mudou de sentido e de função* e só agora os historiadores começam a consciencializar-se tanto da sua necessidade, que chegou a ser posta em causa, como tempo das mudanças de funções e de sentido.⁴⁵

É aqui que se integra toda a problemática da História Imediata, escrita pelas testemunhas ou actores do próprio processo histórico, no rasto do acontecimento, como é a história de um congresso ou de uma batalha, pelos seus actores ou testemunhas, feita logo após esses acontecimentos, ou pouco tempo depois, mas ainda no calor das paixões então suscitadas e da falta de perspectiva e visão global que só o decurso do tempo pode conferir ao historiador. É uma história a que falta tempo de maturação e por isso não utiliza todas as fontes possíveis e, naturalmente, não é muito reflexiva.⁴⁶

⁴⁴ Braudel, Fernand, ob. cit na nota de pé de página n.º 34, p. 42, diz que: “A ciência social tem quase horror ao acontecimento, e com alguma razão: o tempo curto é a mais caprichosa e a mais enganadora de todas as durações”.

⁴⁵ Revel, Jacques, “Acontecimento”, in *ANH*, p. 20.

⁴⁶ Lacouture, Jean, *A História Imediata*, in *ANH*, p. 314.

Numa visão geral podemos dizer que estas três durações são planos em sobreposição, pelo que o mesmo acontecimento pode ser focalizado na curta, na média e na longa duração. Isto decorre do ensinamento de Fernand Braudel, segundo o qual não há ruptura entre tempo geográfico, tempo social e tempo individual. É a mesma realidade vista de modos diferentes.

Vejamos, de seguida, as concepções de *estrutura*, *conjuntura* e *revolução*. A noção de estrutura, cuja defesa é assumida por Philippe Ariés, no seu trabalho “*O Tempo da História*,” publicado em 1954, tem a ver com os denominados tempo sistémico e tempo estrutural. É sumamente importante para o tempo longo, onde as questões organizacionais são visionadas em relação de coerência e permanência, enfim *uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar*.⁴⁷ Em extremo as estruturas conduzem à ideia de *História Imóvel* durante períodos pluriseculares, sendo atribuída suma importância ao envolvimento geográfico e aos elementos institucionais persistentes.⁴⁸

No estruturalismo, além da evolução lenta e suave, conceptualizada por Braudel⁴⁹ e seus seguidores, há a corrente mutante-progressiva ou da descontinuidade, com passagem de um a outro estágio cultural ou civilizacional, de que é expoente Michel Foucault.⁵⁰

O estruturalismo é sobretudo o método que melhor permite a análise histórica sistémica conducente à história global e foi sobretudo aproveitado por outras ciências sociais, como a psicologia (Piaget), a linguística (Chomsky) ou a antropologia (Levy-Strauss).⁵¹

⁴⁷ Braudel, Fernand, “A Longa Duração”, in *História e Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa, p. 21.

⁴⁸ Ao referirmo-nos a *elementos institucionais* temos em mente a conceptualização de Maurice Hauriou para o qual a instituição se traduz numa ideia de obra que se cria e permanece em certo ambiente social.

⁴⁹ Pomian, Krzysztof p. 530 e Braudel, Fernand, ob. cit., p. 21.

⁵⁰ Michel Foucault, *L'archéologie du Savoir*, Paris, Gallinard, 1969, citado por Amado Mendes, p. 167.

⁵¹ Braudel, Fernand, *Escritos sobre a História*, Lisboa: Editora D. Quixote, 1997, onde na p. 39 se pode ler: *Claude Lévi-Strauss empurra a antropologia estrutural para os processos da linguística, os horizontes da história inconsciente e o imperialismo juvenil das matemáticas qualitativas*.

Em síntese podemos afirmar que a história estrutural, *lato sensu*, surge em 1929 com os Anais e, em sentido estrito, já baseada na doutrina estruturalista, aparece a partir de 1960, com os trabalhos de Edgar Morin,⁵² de Joel Rosnay⁵³ e tendo, sem dúvida, como precursor David Von Bertalanffi.⁵⁴

É nossa opinião que a teoria estruturalista aplicada à História ainda está na sua infância podendo beneficiar imenso dos conhecimentos da Ciência da Administração, sobretudo no que atine ao seu relacionamento com planos e objectivos estratégicos.

A noção de *conjuntura* está ligada à noção dos tempos curto e breve e consiste num conjunto de acontecimentos interligados que caracterizam uma certa duração temporal. A sua natureza pode ser diversa: social, religiosa, económica, científica, cultural, política, financeira, etc.

Mas só um acontecimento, como uma revolução, uma descoberta científica, uma decisão política fundamental, pode caracterizar uma conjuntura, embora esta seja por natureza determinada pela relação entre vários entes, de que resultam certos resultados.⁵⁵

A noção de conjuntura, cujas raízes remontam à ciência militar e aos conceitos de estratégia e de tática, começou, tal como a de estrutura, por se aplicar sobretudo à economia e à organização administrativa, tendo a ver com todas as ciências sociais e não apenas com a história. E aqui respeita mais à história tradicional, aquela que predominou no-século XIX e na primeira metade do século XX. *Brevitatis causa* refere-se que estrutura se reporta geralmente aos ciclos temporais e conjuntura aos interciclos determinantes das crises conjunturais.

⁵² *O método: A natureza da Natureza*, Lisboa: Publicações Europa América, 1972.

⁵³ *O macroscópico: Para uma visão global*, Lisboa: Arcádia, 1977.

⁵⁴ Ver por exemplo Bertrand, Ives e Guillement, Patrick, *Organizações, uma Abordagem Sistémica*, Lisboa: Instituto Piaget, 1988.

⁵⁵ Heidegger, ob. cit., I Vol. p. 128.

Numa estrutura sucedem-se e coexistem várias conjunturas, sendo que os movimentos conjunturais não afectam imediatamente e de forma directa as estruturas que persistem apesar dos *abalos* conjunturais.

Note-se que a história tradicional se moldou na conjuntura, no tempo curto, nos acontecimentos políticos, *na verdade* decorrente directamente dos documentos. É *um facto que - à excepção dos quadros factícios, quase sem espessura temporal - a história dos últimos cem anos, quase sempre política, centrada sobre o drama dos grandes acontecimentos, trabalhou no e sobre o tempo curto.*⁵⁶

Já quanto à noção de *revolução* vemos que a Nova História tem prestado particular atenção às rupturas profundas, que alterem de forma significativa aquilo que parecia ser o evoluir de uma dada sociedade. A revolução, assim como as estruturas, tem a ver com a questão da longa duração, caracterizando-se pela violência física e/ou cultural, o afundamento ou aniquilação de instituições e elites, a que se segue a emergência de outras, quiçá travestidas nas mesmas pessoas.

A história das revoluções mostra que a sua germinação é sempre lenta, ainda que o seu desabrochar seja a maioria das vezes abrupto e, algumas vezes, aparentemente inesperado, porque despoletado por um episódio que em si mesmo parece neutro e sem valor mutante.

A revolução, analisada por múltiplos autores, como Michelet e Tocqueville, aparece na História, por vezes como ponto de partida e às vezes como ponto de chegada e para o historiador tanto se revela na perspectiva política (v.g. Revolução Francesa⁵⁷) como científica (v.g. Revolução Copernicana⁵⁸), como

⁵⁶ Braudel, Fernand, *Escritos sobre a História*, Lisboa: Editora D. Quixote, 1997 pp. 42-43.

⁵⁷ A Revolução Francesa, deflagrada em 1789, inaugurou o período histórico por alguns autores denominado Idade Contemporânea.

⁵⁸ O astrónomo polaco Nicolau Copérnico publicou em 1543 (ano da sua morte) o célebre *Revolutionibus Orbium-Coelestium* que destruiria todas as concepções físico astronómicas existentes sobre o universo tendo merecido a condenação formal da igreja católica, e a sua posterior aceitação científica pelos jesuítas, após o decurso de meio século.

religiosa (v.g. Reforma de Lutero⁵⁹), como em muitos outros aspectos, nomeadamente nos campos social, económico e cultural.

Não devemos confundir revolução, com rebeliões, revoltas, golpes de Estado e outros actos, que, embora históricos, não assumem a natureza de rupturas estruturais. As revoluções são, em geral, momentos de aceleração da História⁶⁰ mas podem revelar-se como regressões, como foi o caso da Revolução Cultural na China do século XX.

A revolução pode ser iniciada ou liderada pelo poder ou pelo contra-poder.⁶¹ O que interessa em termos de tempo histórico é que a revolução significa alterações estruturais e, em geral, é o marco de fim e/ou de início de períodos históricos bem delimitados.

A revolução contrapõe-se ao evolucionismo, isto é à mudança lenta e profunda, com suaves transições. Neste caso a tradição, constantemente actualizada, em permanente adaptação às circunstâncias novas, pode obstar à ruptura com o passado.

Sem dúvida que é importante sistematizar e reflectir sobre questões do tempo, que estão em profunda mutação conceptual e são de extraordinária importância para todas as ciências e para a história em particular.

A investigação e escrita da História tem por objectivo desenvolver os processos e o enquadramento dos acontecimentos e explicar a inter-relação destes ao longo do tempo e em simultâneo na situação espacial e, bem assim, quais as energias e razões que determinaram a sua eclosão. Investigar o passado não é apenas o coligir de documentos, recolher dados de outras fontes, exorcizar as aparências factuais e suscitar a inteligibilidade dos acontecimentos, com a consciência de que o passado cognoscível é reconstruído de acordo com as capacidades do presente. Por isso é tão importante o tempo em que se verificam

⁵⁹ Martinho Lutero (1483-1546) liderou a reforma religiosa na Alemanha, que levou à criação das igrejas luteranas e originou um clima propício ao surgimento de outras formas de protestantismo.

⁶⁰ ANH, p. 133.

⁶¹ ANH, p. 189.

os acontecimentos, como o tempo em que sobre eles se escreve. O distanciamento no tempo, se por um lado apaga ou adultera alguns dados da memória, por outro lado traz à tona as linhas de força fundamentais, afasta paixões, permite um raciocínio mais límpido e uma objectividade mais evidente: retém o essencial e considera desperdício o pormenor irrelevante!

Nenhum verdadeiro historiador ignora a questão do tempo, mas poucos o tratam com a profundidade e o interesse que este deve merecer. Na verdade, qualquer trabalho histórico só pode ser produzido, com qualidade, se as ferramentas do historiador e a matéria a trabalhar estiverem afinadas e actualizadas, concluindo-se que o conceito de tempo e a ultrapassagem dos muitos problemas com ele relacionados é indispensável para bem trabalhar na oficina da História.

Para o Professor Silva Rego⁶² *o tempo é o factor essencial no qual se movimenta o processo histórico*. Para outros historiadores é a matéria-prima que o historiador deve manipular. Por nós, sustentamos tratar-se de um instrumento de trabalho do historiador na ciclópica e inacabada tarefa de fazer reviver o passado no presente. O tempo é assim uma categoria conceptual que padroniza medidas temporais e possibilita o enquadramento e a localização, auxiliando o historiador nas suas tarefas de investigação histórica, de narração e de explicitação dos eventos históricos, sendo nossa convicção que só artificialmente desprendemos o tempo do espaço e dos movimentos que impulsionam a corrente histórica. Tudo isto constitui o *ambiente* em que se desenrola a História, mas o tempo isoladamente tem natureza essencialmente instrumental.

⁶² Silva Rego, Prof. A. da, ob. cit. na nota de pé de página n.º³¹, p. 78.